

A INFLUÊNCIA DA FILOSOFIA BILÍNGUE NA EDUCAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DOS SUJEITOS SURDOS

Millena Rezende Carmo¹

101

Resumo em Libras



<https://youtu.be/qG9a0aTZIyo>

Resumo

O presente artigo tem como intuito debater sobre a influência que a filosofia bilingue possui em relação aos sujeitos surdos dentro do ambiente escolar e em sua socialização. Com isso, buscou-se apresentar brevemente a trajetória da educação surda no Brasil, sendo colocada em discussão as leis criadas para o auxílio da inclusão destes sujeitos na sociedade. O arcabouço teórico pautou-se nos estudos de Maia (2020), Laborit (2000), Cruz e Prado (2019), Belaunde e Sofiato (2019), Fernandes (2014), Lacerda (1998) e (2006), Strobel (2008), entre outros pesquisadores. O percurso metodológico compreendeu a aplicação de um questionário online, no ano de 2020, aos professores que lecionam na escola AAVIDA, única do centro oeste de Minas Gerais a trabalhar exclusivamente com a educação bilingue. Os resultados da investigação mostram o impacto que a filosofia bilingue tem em relação aos discentes surdos em seu processo de ensino aprendizagem, tanto nos aspectos pedagógicos quanto sociais.

Palavras-Chave:

Libras; educação dos surdos; educação inclusiva.

Recebido em: 20/06/2022

Aprovado em: 25/09/2022

¹ Especialização em História e Cultura no Brasil Contemporâneo pela UFJF. Pedagogia na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG). E-mail: millenarezende13@gmail.com

THE INFLUENCE OF BILINGUAL PHILOSOPHY ON THE EDUCATION AND SOCIALIZATION OF DEAF SUBJECTS

Abstract

The present article has the intention to debate about the influence that bilingual philosophy has in relation to a deaf person inside a school environment and in his socialization. Thereby, this work looked to briefly present the trajectory of deaf education in Brazil, being placed in discussion the laws created to help the inclusion of this persons in society. The theoretical framework was guided by studies from Maia (2020), Laborit (2000), Cruz e Prado (2019), Belaunde e Sofiato (2019), Fernandes (2014), Lacerda (1998) e (2006), Strobel (2008), among other researchers. The methodological path comprehend the application of an online questionnaire, in the year 2020, to the professors that teach in AAVIDA school, the only from midwest of Minas Gerais to work exclusively with bilingual education. The results from the study show the impact that bilingual philosophy has in relation to deaf students in their teaching learning process, both in pedagogical and social aspects.

Key-words:

Libras; deaf education; inclusive education.

Introdução

O que se presencia no decorrer da história da educação brasileira é a não inclusão do sujeito surdo na sociedade devido à diferença linguística e à falta de conhecimento das pessoas para tratar com estes indivíduos. No Brasil, a Libras (Língua Brasileira de Sinais) foi aceita como língua legal apenas em 2002 pela Lei nº 10.436² (BRASIL, 2002), sendo regulamentada em 2005 pelo decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005), ocorrendo sua legitimação e, ao mesmo tempo, concedendo às pessoas surdas mais abertura em busca de seus direitos.

O sujeito surdo é uma minoria linguística e, por esse e outros motivos, nem sempre percebemos sua visibilidade no que diz respeito ao conhecimento da língua e as especificidades da condição de não ouvinte e usuário de Libras³. Considerando que estes indivíduos estão presentes em diferentes âmbitos da sociedade e a escola é um deles, devemos pensar como eles podem ser incluídos nas diferentes esferas sociais, inclusive nas instituições escolares.

Para Alvez et. al. (2010) existem três abordagens coexistentes em que a educação surda pode ser trabalhada, sendo elas a oralista, a comunicação total e a pedagogia bilíngue. Neste trabalho será tratado como foco a educação bilíngue, visto que as filosofias oralista e comunicação total, segundo os autores, não favorecem plenamente o desenvolvimento do sujeito surdo deixando de lado especificidades culturais, sociais e cognitivas.

Alguns estudos apontam ainda que há escolas regulares que trabalham com a inclusão de pessoas surdas sem a acessibilidade necessária e isso acarreta diversos desafios como a socialização com outros alunos e a proximidade entre docente e discente. Os recursos inclusivos são pensados por ouvintes, na maioria das vezes, adaptando as estratégias já utilizadas na instituição (CRUZ; PRADO, 2019; MATOS; SOUZA, 2018).

Somam-se a essas lacunas no processo de ensino e aprendizagem, segundo afirma Cruz e Prado (2019), a problemática de que alunos surdos, ao adentrarem a instituição regular de ensino, tendem a ter dificuldades na

² Segundo a Lei nº 10.436, Parágrafo único, “entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras - a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil”.

³ Segundo estudo da Agência Brasil (2019), existem no Brasil 10,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva. Desse total, 2,3 milhões possuem uma deficiência severa sendo que 90% dessas pessoas nascem com a deficiência auditiva.

comunicação, pois muitos deles não possuem um contato prévio com a língua de sinais. Desse modo, há desafios relacionados à relação do intérprete com o discente no processo de ensino e aprendizagem durante o desenvolvimento da língua materna. Leão e Osório (2013) ainda nos chamam a atenção para o fato de que, recorrentemente, o processo de inclusão é centrado no sujeito, com foco em suas limitações, tendo como pressuposto a inabilidade de aprendizado discente e, assim, tornado o aluno apenas um depósito de informações.

Ao mesmo tempo, há instituições trabalhando com a filosofia bilíngue que consiste no ensino de Libras como primeira língua, oferecendo suporte para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional (MAIA, 2020). Desse modo, com o desenvolvimento do aluno ocorre a alfabetização pela língua portuguesa, ensinada como segunda língua, auxiliando a inclusão do sujeito na sociedade ouvinte por meio do mundo letrado, utilizado frequentemente na comunicação dos ouvintes (CAVALCANTE et. al, 2018; MAIA, 2020).

Exemplo de instituição que trabalha com a pedagogia bilíngue e proporciona um ambiente bicultural ao aluno é a escola AAVIDA⁴ (Assistência Audiovisual Para Deficientes Auditivos). Fundada em 19 de abril de 1979 na cidade de Divinópolis (MG), Maia (2020) diz que a instituição é a escola no Centro-Oeste mineiro que trabalha de forma especializada com indivíduos surdos, sendo responsável por atender crianças e adolescentes surdos da cidade e região, justificando sua relevância e representação, mas que possui pouca visibilidade⁵.

O objetivo central da pesquisa foi compreender como o bilinguismo influencia na identidade surda e socialização de alunos na visão dos docentes. Os objetivos secundários se desdobraram em levantar elementos que revelam a trajetória da escola investigada; demonstrar o impacto que a instituição tem na comunidade surda divinopolitana e região; entender quais são os desafios que os professores vivenciam no processo de ensino e aprendizagem dos alunos surdos.

⁴ A escola AAVIDA oferece ensino bilíngue aos discentes da educação infantil até o 9º ano do ensino fundamental. Sendo transferidos para a Escola Estadual Dona Antônia Valadares, também no mesmo município, para finalizarem seus estudos na escola regular. As turmas são reunidas não apenas levando em consideração a idade, mas também o grau de conhecimento do aluno ao adentrar a instituição, visto que a taxa de entrada tardia é alta. Todos os professores da instituição possuem proficiência em Libras e ministram suas aulas dessa forma.

⁵ Ao realizar uma consulta no *Google Acadêmico* sobre o trabalho da instituição, foi encontrado apenas um trabalho: MAIA, Graciele Kerlen Pereira. O ensino de ciências sob o olhar da cultura Surda. *Revista Línguas e Letras*. vol 20. n 48. UFMG. 2020.

O desenho metodológico se pautou inicialmente em um levantamento bibliográfico sobre a temática. Em seguida, após aprovação do Comitê de Ética⁶, houve a aplicação de um questionário on-line⁷ aos professores da escola AAVIDA, buscando obter informações sobre os docentes, sua prática e os desafios presentes no processo de ensino aprendizagem. Finalmente, os dados coletados foram analisados a partir da bibliografia pertinente e das leis trabalhadas, sendo construídas categorias de análise visando a compreensão do bilinguismo utilizado pelos professores da instituição no processo de escolarização dos alunos surdos e as estratégias que uma escola especializada na educação de surdos recorre, visando a inclusão dos surdos na sociedade.

Breves apontamentos sobre a educação inclusiva e a educação de indivíduos surdos no Brasil

E A história da educação dos sujeitos surdos começou a ser pensada no século XVI (LACERDA, 1998) e nos séculos seguintes ocorreram debates entre vertentes de pensamentos a respeito do processo educacional destes sujeitos. Um marco sobre a educação inclusiva das pessoas surdas se deu no ano de 1878, em Paris, após a realização do I Congresso Internacional sobre a Instrução de Surdos; a partir de então os sujeitos surdos conquistaram direitos como assinar seus próprios documentos, mas ainda estavam distantes de uma real inclusão social.

Em 1880 foi realizado o II Congresso Internacional em Milão, sendo considerado outro marco histórico, pois ao final do evento foi decidido que a linguagem de sinais não deveria ser ensinada, uma vez que tirava o foco da língua escrita que realmente era essencial a se aprender na visão oralista, sendo esta por décadas mantida, porém sem muitos resultados, de fato, eficazes (CAVALCANTE et. al., 2018).

Nessa trajetória da história da educação surda, segundo Lacerda (1998), apenas na década de 1960 William Stokoe provou a importância da língua de sinais sendo algo natural da pessoa surda. Stokoe deu início a estudos na área que tinham por objetivo discutir diferentes filosofias educacionais na tentativa de auxiliar o sujeito surdo no processo de ensino e aprendizagem, inclusive o bilinguismo, como explica a autora. Ainda de acordo com Matos e Souza (2018)

⁶ A aprovação na Plataforma Brasil encontra-se sob o CAEE nº: 46535721.6.0000.5115.

⁷ Em atendimento às precauções da atual conjuntura de crise sanitária causada pela COVID-19, o questionário foi aplicado de forma on-line. Questionário em anexo.

apenas em 1971 com o congresso mundial de surdos em Paris que a língua de sinais passou a ser vista de forma positiva.

Outro marco relevante na busca pelos direitos das pessoas com deficiência foi a Declaração de Salamanca (1994), que defendeu a ampliação dos direitos, no âmbito educacional, para os sujeitos com deficiência. Ficou declarada a necessidade de assegurar o direito à educação buscando estratégias que auxiliem o discente a atingir o nível adequado de aprendizagem, levando em consideração as características únicas de cada sujeito. Além disso, ficou garantido também, direito ao atendimento educacional especializado, sob alegação de que o ensino deveria ocorrer de preferência nas instituições regulares.

No âmbito brasileiro, a história da educação dos indivíduos surdos obteve um grande marco, em 26 de setembro de 1857, com a criação do Instituto de Surdos-Mudos, atualmente Instituto Nacional de Educação de surdos – INES. Instituído pelo professor surdo francês H Ernest Huet, por convite do Imperador D. Pedro II, teve por objetivo auxiliar na educação surda do país e até hoje é visto como referência nacional. Nesta instituição os discentes aprendiam por meio da linguagem escrita articulada e falada, datilologia e sinais, contudo apenas homens eram aceitos até 1931, apresentando seu caráter excludente (CAVALCANTE et. al., 2018 apud DÍAZ, 2009; MATOS; SOUZA, 2018).

Durante a primeira república no Brasil, a discrepância regional em diversos aspectos, também afetou a educação, inclusive a especial. Segundo Mendes (2010) nesse período surgiram instituições que, juntamente com sanatórios psíquicos, buscavam auxiliar as pessoas com deficiência em sua formação social e educacional. Já na segunda república houve o surgimento de diversas instituições voltadas apenas para as pessoas com deficiência, criando um ambiente cada vez mais segregador, embora desde 1961 o Brasil tenha garantido a educação aos discentes com deficiência no ensino regular (SILVA, 2016). Além disso, o autor ressalta que entre o final da década de 1950 até o começo da década de 1990 surgiram diversas leis, campanhas e iniciativas governamentais voltadas à educação especial, sendo o primeiro o Decreto Federal nº. 42.728, de 03 de dezembro de 1957 (BRASIL, 1957) voltado para a educação do sujeito surdo brasileiro.

Segundo Pereira (2017) na década de 1980, após um período de segregação nas instituições privadas ou filantrópicas, apenas para sujeitos com deficiência, esse panorama começa a se modificar; algumas chamadas “escolas especiais”

iniciam o processo de preparação de seus alunos para adentrarem as instituições regulares. Entretanto, mesmo visando essa inclusão, ainda haviam casos de preconceito e discriminação contra estes indivíduos, que causava incômodo e afastamento dos discentes das escolas regulares.

Com a redemocratização, a Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988) buscou ampliar a educação fazendo com que ela se tornasse universal, trazendo assim uma melhor qualidade no processo de ensino aprendizagem, inclusive visando superar apenas a transmissão de conteúdos escolares (MENDES, 2010). Entretanto, a educação inclusiva para sujeitos surdos em instituições regulares ainda apresentava diversos desafios educacionais (CRUZ; PRADO, 2019; MATOS; SOUZA, 2018; LEÃO; OSÓRIO, 2013).

A educação das pessoas com deficiência aparece e é defendida nos documentos legais no final do século XX; a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), em seu Art. 206, fala sobre a igualdade de acesso à escola, a liberdade de aprender dentro do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas existentes. Essas concepções também aparecem no Art. 208 do mesmo documento, ao afirmar que é dever do governo oferecer atendimento especializado aos discentes com deficiência.

Na década seguinte, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) também reforça o direito à educação do sujeito com deficiência. Em seu Art. 58 é citado que será oferecido pelo governo serviços de apoio especializado e, no caso do indivíduo surdo, o intérprete. Além disso, o Art. 59 ainda dispõe sobre a adaptação dos processos de ensino para se adequar aos discentes com deficiência. No caso das pessoas surdas deve-se buscar formas de fazer a utilização de Libras e metodologias visuais. Cabe ainda dizer, em consonância com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (BRASIL, 1996), da importância de processos inclusivos sendo adaptados para atender às pessoas com deficiência.

Não menos importante, merece destaque a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002), regulamentada em 2005 pelo decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005), que legitimou a Libras como língua oficial dos sujeitos surdos. O documento também aponta que o sistema educacional deve incluir o ensino de Libras como disciplina obrigatória do curso de formação de professores:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Ao lado de tais legislações existem ainda os parâmetros legais de casos específicos para os não ouvintes. No âmbito estadual a Lei nº 10.397 de 10/01/91 (BRASIL, 1991) reconhece em Minas Gerais a Libras. Entretanto, é de suma importância ressaltar, segundo Leão e Osório (2013, p. 694) os efeitos das legislações: “[...] no Brasil, no universo social e pedagógico, não se propagaram pois o preconceito se faz presente por diferentes mecanismos sociais, apontando uma guerra constante”.

Cavalcante et. al (2018) e Matos e Souza (2018) corroboram com esse pensamento, ressaltando que embora a legislação aponte a necessidade da obrigatoriedade do ensino de Libras para professores e profissionais da educação, “é importante destacar que na educação de surdos não basta que se afirmem as políticas de acessibilidade, mas que a educação bilíngue seja pensada em uma dimensão política de valorização de um povo, de sua língua e sua cultura” (CRUZ, PRADO, 2019, p 198). Dessa forma, deve-se buscar maneiras de colocar a legislação na prática para que assim seja construída uma educação inclusiva e de qualidade.

Refletindo sobre a educação das pessoas surdas

O estudo da Agência Brasil (2019) apresentou que um número expressivo de sujeitos surdos apresenta dificuldades nas comunicações cotidianas, acarretando em desafios na inserção do mercado de trabalho, oportunidades educacionais e até mesmo desafios no âmbito social. Ademais, a pesquisa ainda revelou dados sobre a inclusão escolar no Brasil destes indivíduos, mostrando a necessidade de processos educacionais mais eficazes para este público .

Diante deste cenário, é relevante refletir sobre o que é colocado por Cruz e Prado (2019): em muitas instituições de ensino regulares as pedagogias adotadas para o aprendizado do sujeito surdo são pensadas por ouvintes, não apresentando acessibilidade linguística e sem a utilização de estratégias diferenciadas. Por isso, é pertinente que pesquisas abordem a inclusão do indivíduo surdo, principalmente para que professores e demais profissionais da educação possam

contribuir com o processo de ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência auditiva.

Ainda merece ser ressaltado, conforme Maia (2020), que não apenas a língua de sinais é importante, como também a língua escrita, reforçando a relevância que o ensino bilíngue tem na comunicação dos sujeitos surdos. Portanto, a pessoa surda é educada tendo a língua de sinais como primeira língua e a língua escrita como segunda, sendo esta última uma ponte entre a cultura surda e a cultura ouvinte, tornando-o um sujeito multicultural (BERGANO; SANTANA, 2005; STROBEL, 2003).

Como o indivíduo surdo é um ser bicultural e bilíngue (BERGAMO & SANTANA, 2005), isso sugere a necessidade de um ambiente bicultural, agindo por meio de uma adaptação das duas culturas. Além disso, o sujeito que se encontra nessa situação, cria “o conjunto de estratégias sociais e de códigos sociais utilizados de maneira comum pelos surdos para viverem numa sociedade feita por e para os ouvintes” (IBIDEM, p.572-573).

Vale ainda dizer que não é a língua em si que cria a identidade surda e sim a apropriação dessa língua e o orgulho de utilizá-la. Por isso, a sua importância na escolarização das crianças surdas e na construção da sua identidade e aceitação.

O processo de letramento bilíngue precisa ser pautado em uma pedagogia bilíngue que envolva questões de língua, identidade, cultura, espaços e práticas escolares, as quais permitam a construção de um novo olhar sobre a educação de surdos, considerando a possibilidade de formação para autonomia e participação na sociedade (CRUZ; PRADO, 2019, p. 182).

Nesse sentido, é necessário que os sujeitos surdos tenham uma escolarização bilíngue, bem como contato com seus pares, visualizando nas classes escolares a representatividade.

No processo de escolarização dos indivíduos surdos é merecido ainda dizer a relevância, na pedagogia bilíngue, da questão visual. Segundo Belaunde e Sofiato (2019) estes sujeitos necessitam que ocorra o uso das práticas visuais, pois os aspectos culturais e históricos podem ser trabalhados no processo educacional. Diante disso, é pertinente “pensar e construir uma prática pedagógica que assuma a abordagem bilíngüe e se volte para o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com surdez na escola” (ALVEZ et. al, 2010, p.8).

Como a surdez é uma experiência visual, é essencial que se recorra a ferramentas visuais que auxiliem a alcançar a potencialidade no ensino e

aprendizado do sujeito surdo (BELAUNDE; SOFIATO, 2019). Por outro lado, segundo Alves et. al. (2019) discutem, tais recursos não podem ser utilizados apenas como um ornamento complementar; deve ser avaliado o sentido que a imagem possui.

Cavalcante et. al (2018) ainda ressaltam que muitas pesquisas apresentam alunos sendo alfabetizados com metodologias desenvolvidas para ouvintes, recorrendo-se ao português como primeira língua. Esse fato pode ser compreendido a partir de um número expressivo de docentes que desconhecem a importância da experiência visual para o sujeito surdo, não utilizando dessa ferramenta pedagógica de auxílio.

Ainda, dentre as reflexões a respeito da educação das pessoas surdas, principalmente para os professores, Junior et. al (2018) sinalizam a importância de investigações sobre a temática, uma vez que o conhecimento construído ao longo da licenciatura não permite conhecer e aprofundar uma aprendizagem significativa a ser desenvolvida com esses sujeitos. Outra possibilidade para aprofundar as discussões sobre a educação dos sujeitos surdos, respaldando-se em Maia (2020, p. 10) é “que se busque mais contato com surdos, para que se possa conhecer as particularidades inerentes a esses sujeitos, contribuindo assim, para aulas que tornarão o desenvolvimento das capacidades cognitivas dos alunos surdos mais efetivo”. Assim, professores e demais profissionais devem levar em consideração que a aproximação com indivíduos com deficiência auditiva permite um novo olhar sobre as práticas pedagógicas com estes indivíduos.

Discutindo os resultados: o perfil dos docentes

O questionário foi aplicado em setembro de 2021 e atingiu quatro respondentes dentro do universo de seis sujeitos⁸, que se encontravam lecionando no ensino fundamental II, na escola AAVIDA. Abaixo se encontra o perfil dos docentes participantes que serão denominados de P1, P2, P3 e P4, respeitando os preceitos éticos da pesquisa com seres humanos.

⁸ Ao todo, eram seis professores dentro da instituição aptos a responderem a pesquisa por lecionarem no ensino fundamental II, entretanto nem todos participaram da pesquisa.

Quadro 1 – Perfil dos Professores que lecionam na escola AAVIDA

	P1	P2	P3	P4
Disciplina que leciona	Geografia e História	Matemática	Artes e língua inglesa	Educação Física
Tempo de atuação na docência	Mais de 15 anos	Até 5 anos	Até 5 anos	Até 5 anos
Possui algum curso de pós-graduação	Sim, especialização	Sim, especialização	Sim, especialização	Sim, especialização
Durante a graduação teve contato com a Libras, a cultura e a educação surda	Não	Não	Sim, mas brevemente	Sim, mas brevemente
Já lecionou em uma instituição regular como intérprete	Não	Não	Sim	Não

Fonte: elaboração da autora a partir dos dados coletados em 2021.

A visão dos professores sobre a sociabilidade dos sujeitos surdos no ensino bilíngue

O conceito de sociabilidade pode ser definido por Simmel (2006) como a maneira que os sujeitos interagem socialmente sem uma finalidade ou repercussão além da atitude em si, ligados pela influência mútua que exercem uns sobre os outros. Ainda segundo Cabral et. al. (2019) é essencial que vínculos sociais sejam criados nas relações presentes dentro do ambiente escolar, visto que essa sociabilidade possui uma influência direta no desempenho do aluno.

Em relação ao convívio com seus pares, os docentes, por unanimidade, relataram que o ensino bilíngue auxilia o aluno a ter um melhor desenvolvimento com outros sujeitos. Também disseram que a relação entre eles dentro da instituição AAVIDA é excelente (25%) e ótima (75%), sendo estes resultados também observados quando se refere ao convívio entre os sujeitos surdos e ouvintes na instituição.

Além disso, três, dos quatro professores que participaram do estudo, citaram a importância da socialização entre seus pares no processo de ensino e aprendizagem. Cromack (2004) já pontuava que é essencial a valorização da

relação com seus pares para que haja um fortalecimento da identidade do sujeito dentro da cultura surda e, nesse sentido, a instituição tem atingido tal objetivo.

Considerando que a filosofia bilíngue não envolve apenas a questão do aprendizado, mas também questões da cultura, identidade e língua para dar suporte ao desenvolvimento do sujeito como participante da sociedade (CRUZ; PRADO, 2019), os professores foram indagados se acreditavam que os alunos têm um melhor desenvolvimento na escola AAVIDA em comparação com escolas regulares. Segundo eles, o ensino bilíngue é mais apropriado para o sujeito surdo em comparação ao ensino ofertado na rede regular.

Vale pontuar, conforme Enisweler et. al. (2015), que a inclusão do sujeito surdo dentro da instituição de ensino regular é muito maior que apenas o acesso. Deve-se buscar auxiliar o aluno em seu desenvolvimento linguístico, comunicativo e cognitivo para que haja uma inclusão real no cotidiano escolar. Esses resultados mostram que:

A questão da língua de sinais, portanto, está inerentemente relacionada à cultura surda. Ou seja, ao se tratar da cultura surda como fator construtor da identidade surda, necessariamente trata-se da questão da língua de sinais-Libras. A cultura surda, por sua vez, remete à identidade do sujeito que convive, quase sempre, com as duas comunidades (surda e ouvinte) (PAULA, 2009, p. 412)

Indo de encontro ao que é colocado por Paula (2009), os professores participantes da pesquisa disseram que o ensino bilíngue auxilia na valorização da cultura surda, contribuindo para que o indivíduo se enxergue como sujeito multicultural. Para isso, conforme relatou P2, a instituição AAVIDA se empenha na busca de alternativas para garantir ao indivíduo surdo o acesso aos conhecimentos escolares na língua de sinais e o ensino da língua portuguesa como segunda língua. Ainda segundo o docente:

Procura maneiras para que o surdo desde a infância tenha contato com a Língua de Sinais. Preocupa-se também com a formação integral dos alunos oferecendo condições para o surdo refletir seu papel na sociedade e na comunidade surda.

O relato de P2 mostra que o ensino bilíngue utilizado na escola AAVIDA tem como compromisso auxiliar a formação social do sujeito surdo, ajudando-o

a refletir sobre seu papel na sociedade e na comunidade surda. Esse objetivo da instituição, que visa capacitar as pessoas surdas para a utilização de duas línguas no cotidiano escolar e na vida social, ou seja, a língua de sinais e a língua da comunidade ouvinte (ALVEZ et. al.; 2010), é essencial para que eles possam exercer a cidadania.

Não menos importante, é imprescindível que os profissionais da educação trabalhem com liberdade para desenvolver as estratégias que mais sejam propícias aos discentes surdos (ANGELUCCI; LUZ, 2010), pensando tanto na questão da sociabilidade como nos próprios obstáculos vivenciados no cotidiano escolar.

Estratégias e desafios docentes no ensino bilíngue para as pessoas surdas

A literatura aponta (CRUZ; PRADO, 2019) que dentro do ensino da língua de sinais ainda há diversos desafios para alcançar um ensino de qualidade. Entre eles, alguns foram mencionadas pelos professores que participaram desta pesquisa, sendo os mais citados a desvalorização da língua como aceita e disseminada, visto sua oficialização tardia apenas em 2002 pelo governo federal, e a falta de apoio familiar.

Em relação à ausência de apoio da família, Stelling (1999) pontua que a falta de disseminação da Libras dentro do núcleo familiar está relacionada à probabilidade de pais ouvintes não saberem a língua. Dessa forma, o sujeito acaba por não receber uma linguagem simbólica prévia, sofre isolamentos na comunicação dentro do próprio seio familiar e, em alguns casos, os pais se sentem até mesmo envergonhados por utilizarem esta forma de comunicação, pontua a pesquisadora.

Ainda sobre os desafios docentes no ensino bilíngue, a falta de material didático voltado para esse tipo de filosofia educacional também foi citada por dois professores que participaram da pesquisa. Galasso et. al. (2018) afirmam que a utilização de materiais didáticos voltados para educação bilíngue de pessoas surdas ainda é escassa e a ausência desse material apropriado atrapalha a inclusão e desenvolvimento do discente.

Também foram apontadas como dificuldades do trabalho docente com sujeitos surdos a barreira cultural presente entre o docente e o discente, o desafio de conciliar as duas línguas no ensino e a falta de contato prévio do aluno com a Libras. Este último ocorre, muitas vezes, porque o aluno entra tardiamente na

instituição bilíngue sem ter frequentado a escola regular ou pelo fato de que o discente tenha frequentado uma instituição em que o trato com a Libras se apresentou precário. Para alguns autores (CRUZ; PRADO, 2019; MATOS; SOUZA, 2018) essa situação é recorrente na conjuntura educacional visto o constante uso de estratégias pouco eficazes com o discente surdo.

Os sujeitos participantes da pesquisa também foram indagados sobre a questão legislativa em relação à educação surda. Eles são unânimes em afirmar que as leis referentes à educação surda no Brasil não são suficientes para suprir as necessidades destes alunos na realidade escolar. Para Fernandes e Moreira (2014) a invisibilidade dos surdos no meio legislativo é histórica visto que apenas em 2002 houve o implemento da Lei Federal 10.436 (BRASIL, 2002), regulamentada em 2005 pelo decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005), reconhecendo a Língua Brasileira de Sinais. Ademais, as autoras citam que os indivíduos surdos estão se movimentando cada vez mais em busca de leis em defesa da cultura surda e da educação bilíngue, tendo em vista os desafios que os mesmos vivenciaram em seus percursos escolares.

Por conseguinte, o questionário aplicado buscou levantar dados acerca das principais estratégias utilizadas para adaptação do conteúdo para o discente surdo na instituição AAVIDA. Segundo Trigo (1998) *apud* Bourdieu (1987) o conceito de estratégia definido pode ser definido como um produto do senso prático, de um determinado jogo social, em que os sujeitos internalizam. Portanto, acredita-se que os professores da instituição interiorizaram maneiras de lidar com os desafios no ensino bilíngue.

Dentre as estratégias a que recorrem os professores que atuam na AAVIDA, todos citaram que utilizam ferramentas visuais. Isso pode ser justificado visto que a utilização de práticas visuais é essencial para a educação bilíngue, segundo sua importância para o desenvolvimento cultural e social do sujeito (BELAUNDE; SOFIATO, 2019). Além disso, dos quatro professores, três mencionaram a utilização de mídias e o uso de exemplificações complementando à parte visual e o uso de fontes, históricas e midiáticas, para dentro da sala de aula.

Esses apontamentos que se remetem a respeito das estratégias e desafios docentes no ensino bilíngue para pessoas surdas perpassa a formação inicial destes professores. Neste sentido, os professores foram indagados se tiveram contato com Libras, a cultura e a educação surda na graduação. Dos quatro

professores, dois informaram que viram, brevemente, algo sobre tais temáticas e outros dois alegam não terem visto sobre o assunto na universidade. Esses achados se aproximam do que é levantado por Junior et. al (2018): muitos cursos de ensino superior tratam de forma rasa a temática sobre a educação surda.

Ferreira e Magalhães (2013) corroboram essa lacuna na formação inicial, acrescentando a importância da formação continuada, visto que o curso de licenciatura não é o suficiente para a retenção de todo o conhecimento necessário à prática docente. No entanto, os autores sinalizam que muitas vezes as instituições de ensino, em sua maioria, e as políticas educacionais não oferecem ou dão apoio à formação continuada dos docentes, negligenciando a qualidade de ensino ofertado aos discentes.

Essa lacuna na formação continuada dos professores foi apontada pelos professores pesquisados; eles informaram que existe uma baixa ou nenhuma incidência de cursos oferecidos pela escola AAVIDA sobre o bilinguismo e a educação surda. Ao lado disso, é importante ainda mencionar que, embora todos os professores tenham alegado possuir alguma especialização, nenhum deles possui essa especialização com foco na educação surda, o que dificulta ou impacta construir estratégias de ensino e aprendizagem para os alunos no cotidiano escolar.

Ainda sobre os desafios que permeiam a educação dos sujeitos surdos, Lacerda (2006) aponta que é necessário intensificar os estudos relacionados à área de tradução e interpretação de língua de sinais, visto que a profissão é pouco refletida e compreendida. Além disso, a autora destaca que muitas instituições de ensino regulares não possuem um planejamento adequado ao discente surdo, dificultando a sua participação dentro do ambiente escolar e no desenvolvimento cognitivo e social, pois são trabalhadas atividades que não fazem sentido para ele.

Nesta pesquisa, apenas um, dos quatro professores participantes, afirma ter lecionado em uma instituição regular como intérprete. Ao ser questionado sobre ter observado alguma diferença entre a metodologia utilizada com o indivíduo surdo na escola regular e na escola AAVIDA, P3 pontua que “*O surdo na escola bilíngue é protagonista dentro das metodologias de ensino, o que não ocorre na escola regular.*” Esse relato nos mostra o quão importante é a existência de uma escola bilíngue para pessoas surdos e o quanto ainda é preciso que outras pesquisas possam aprofundar as estratégias e desafios docentes no âmbito da comunidade surda.

CONSIDERAÇÕES

Com esta pesquisa foi possível ter um vislumbre de como atua a filosofia bilíngue na educação dos sujeitos surdos, considerando a visão dos docentes da escola AAVIDA. Com o objetivo de compreender como o bilinguismo influencia na identidade surda e socialização de alunos, os resultados apontaram um desafio que outros estudos na área educacional já sinalizaram: a falta de especialização dos professores para lidarem com a inclusão.

Além disso, de acordo com os docentes que participaram desta pesquisa, as leis referentes à educação surda no Brasil não são suficientes para suprir as necessidades dos alunos surdos, além de que muitas delas não são aplicadas na prática. Foi ainda possível perceber outros desafios que a filosofia bilíngue apresenta, tanto para os docentes quanto para os discentes: a desvalorização da língua como aceita e disseminada, a falta de contato prévio do aluno com a Libras, e a falta de apoio familiar.

No entanto, é unânime, na concepção dos professores investigados, que a filosofia bilíngue auxilia o aluno a ter um melhor desenvolvimento entre seus pares, inclusive contribuindo para que o discente possa se perceber como parte importante da sociedade. Isso demonstra a importância de outras investigações que se debrucem a aprofundar a influência da filosofia bilíngue na educação e socialização dos sujeitos surdos, considerando que a intenção deste estudo não foi esgotar as discussões sobre a temática, mas sim contribuir com a área da educação e, em especial, da inclusão.

Referências

ALVES, R.S. GRUTZMANN, T.P. LEBEDEFF, T.B. **Recursos visuais para o ensino de matemática: Uma discussão sobre o Mathlibras.** Revista Espaço. Rio de Janeiro: INES., n. 52, p.85-106, jul-dez. 2019.

ALVEZ, C.B. DAMÁZIO, M.M. FERREIRA, J.P. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez.** v. 4. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

ANGELUCCI, C.B. LUZ, R.D. **Contribuições da escola para a (de)formação dos sujeitos surdos.** Revista Semestral da Associação

Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional. São Paulo, v. 14, n.1, p. 35-44, jan-jun, 2010.

BELAUNDE, C.Z SOFIATO, C.G. **O visual na educação de surdo**. Revista Espaço. Rio de Janeiro: INES, n. 52, p.67- 84, jul-dez. 2019.

BERGAMO, A. SANTANA, A.P. **Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas**. Revista Educ. Soc. Campinas, v. 26, n. 91, p. 565-582, maio-ago. 2005.

BRASIL. Decreto nº.5.626. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras e o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 22 dez. 2005.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394. Brasília, DF, 1996.

CABRAL, A.C.A. **A evolução da estratégia: em busca de um enfoque realista**. In: XXII ENCONTRO ANUAL DA ANPAD. Foz do Iguaçu. 1998.

CABRAL, D.A.L. et al. **A sociabilidade nas relações entre professor e aluno na escola estadual da cidade de queimadas – PB**. Resultado da experiência em sala de aula através da Residência Pedagógica de Sociologia – UEPB. Paraíba: VI Congresso nacional de educação (CONEDU). 2019.

CAVALCANTE, J.B. et. al. **A educação de surdos: um resgate histórico do desenvolvimento das estratégias de ensino aprendizagem para os deficientes auditivos**. In: Organização Atena Editora. **Políticas públicas na educação brasileira: caminhos para a inclusão**. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.

CROMACK, E.M.P.C. **Identidade, Cultura Surda e Produção de Subjetividades e Educação: Atravessamentos e Implicações Sociais**. Revista psicologia ciência e profissão. Florianópolis, v. 24, n. 4, p. 68-77, ago, 2004.

CRUZ, O.M.S. PRADO, R. **Educação bilíngue e letramento visual: reflexões sobre o ensino para surdos**. Revista Espaço. Rio de Janeiro: INES, n. 52, p. 179-201, jul-dez. 2019.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Espanha, 1994.

ENISWELER, K.C. et. al. **Educação dos surdos: escola inclusiva versus escola bilíngue**. Revista educere et educare. Cascavel, v.10, n. 20, p. 887 – 896, jul-dez, 2015.

FERNANDES, S. MOREIRA, L.C. **Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro**. Educar em revista. Curitiba, Edição Especial n. 2, p. 51-69, ago, 2014.

FERREIRA, M.N.B. MAGALHÃES, A.G.J. **A percepção dos professores de história sobre a formação.** XI Congresso nacional de educação (EDUCERE). Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 2013.

GALASSO, Bruno José Betti. et.al. **Processo de Produção de Materiais Didáticos Bilingues do Instituto Nacional de Educação de Surdos.** Rev. Bras. Ed. Esp. Marília, v.24, n.1, p.59-72, jan-mar, 2018.

JUNIOR, Osias Raimundo da Silva. et. al. **Educação Inclusiva: Uma análise profissional e curricular.** In: Organização Atena Editora. **Políticas públicas na educação brasileira: caminhos para a inclusão.** Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.

LACERDA, C.B.F. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência.** Cad. Cedes. Campinas, v. 26, n. 69, p. 163-184, maio-ago, 2006.

_____. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos.** Cad. CEDES. Campinas, v.19, n.46, set, 1998.

LEÃO, T.C.L. OSÓRIO, A.C.N. **Diversidade e educação especial em diálogos: reflexões sobre os discursos da inclusão.** Revista Educação Especial. Santa Maria, v. 26 n. 47, p. 685-698, set-dez, 2013.

MAIA, G.K.P. **O ensino de ciências sob o olhar da cultura Surda.** Revista Línguas e letras. Cascavel, v. 20, n. 48, p. 131 -141, jan, 2020.

MATOS, P.T. SOUSA, R.A.F. **Inclusão do aluno surdo no ensino regular.** In: Organização Atena Editora. **Políticas públicas na educação brasileira: caminhos para a inclusão.** Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018

MENDES, E.G. **Breve histórico da educação especial no Brasil.** Revista Educación y Pedagogía, Medellín Universidad de Antioquia, Colômbia, v. 22, n. 57, p. 93-109 maio-agosto, 2010.

País tem 10,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva, diz estudo. **Agência Brasil.** 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-10/brasil-tem-107-milhoes-de-deficientes-auditivos-diz-estudo>. Acesso em: 22 de março de 2021.

PAULA, L.S.B. **Cultura escolar, cultura surda e construção de identidades na escola.** Rev. Bras. Ed. Esp. Marília, v.15, n.3, p. 407-416, set-dez, 2009.

PEREIRA, M. **A história da pessoa com deficiência.** Revista Ciências Gerenciais em Foco. Cláudio, v. 8, n. 5. p. 82-96, nov, 2017.

SILVA, Cleidiane de Oliveira. et. al. **A evolução da educação especial no Brasil: Pontos e passos.** III Congresso Nacional da educação. 2016.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais de sociologia: indivíduo e sociedade.** Tradutor Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Zahar. 2006

STELLING, E.P. **A relação da pessoa surda com sua família.** Revista INES Espaço. Rio de Janeiro, v. semestral, n. 11, p. 46-49, jun, 1999.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Florianópolis: Ed. UFSC. 2008.

TRIGO, M.H.B. **Habitus, campo, estratégia: uma leitura de Bourdieu.** Cad CERU. São Paulo, v. 2, n. 9, p. 45-55, fev, 1998.